

# **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo**

## **Evolução dos Rendimentos do Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo - os efeitos da utilização da nova série do ICV - Dieese**

Este estudo tem como objetivo analisar o comportamento dos principais indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), referentes aos rendimentos do trabalho, à luz das alterações introduzidas pelo Dieese no cálculo de seu Índice de Custo de Vida (ICV).

Como é de conhecimento geral, o Dieese realizou uma pesquisa de orçamentos familiares em 1994/95, com a finalidade de atualizar seu conhecimento quanto à composição dos gastos das famílias, o que lhe permitiu rever a estrutura de ponderações do ICV. Desde junho de 1996, este índice vem sendo calculado tendo por base essa nova estrutura de ponderação, e incorporando outras alterações metodológicas explicitadas através de nota técnica específica<sup>(1)</sup>.

A estabilização dos preços praticados na economia provocou impactos importantes na estrutura de consumo familiar, captados pela pesquisa mencionada. Além disso, os resultados dessa pesquisa permitiram ao Dieese identificar que mudanças importantes no padrão de consumo das famílias haviam ocorrido nos anos anteriores a 1994 e não vinham sendo adequadamente incorporadas no ICV, pois seu cálculo baseava-se em uma estrutura de ponderações definida em 1982-83, período em que fora realizada a sua pesquisa de orçamentos familiares anterior.

Em vista disso, o Dieese considerou mais adequado que se realizasse um cálculo retroativo do ICV para o período anterior a julho de 1996, utilizando a nova ponderação decorrente da atual composição do consumo das famílias. Estudos realizados por esta instituição apontaram que tal cálculo deveria retroagir até o ano de 1993.

Através de nota técnica divulgada à imprensa em outubro de 1997, denominada "Cálculo Retroativo do ICV - Dieese: encadeamento da nova e antiga série", o Dieese descreve os procedimentos utilizados para realizar o cálculo retroativo e encadeamento do ICV. A partir desse mês, que se inicia a divulgação dos valores estimados dos rendimentos do trabalho recebidos a partir de 1998, a PED passa a adotar as recomendações do Dieese quanto ao uso de seu ICV. As implicações decorrentes da adoção destas recomendações sobre as séries de rendimento real produzidas pela PED são o objetivo central do presente estudo.

Como pode ser observado no Gráfico 1, os valores monetários referentes a até dezembro de 1992 continuaram sendo atualizados pela antiga série do índice mencionado e aqueles referentes ao período de janeiro de 1993 a junho de 1996 passaram a utilizar a nova série calculada retroativamente com as novas ponderações. Para o período posterior a junho de 1996, não houve nova alteração no cálculo do índice.

Gráfico1

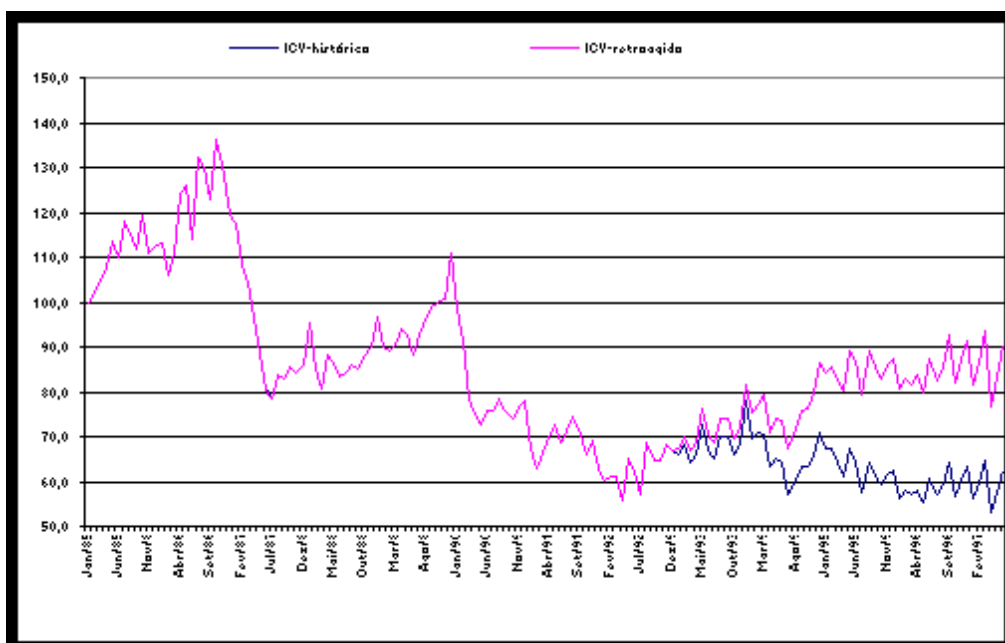
Evolução dos Índices dos Rendimentos Reais Mensais dos Ocupados, deflacionados

segundo a série antiga e nova do ICV

Região Metropolitana de São Paulo

Janeiro 1985 – Junho 1997

Base: Jan. 1985=100



**Fonte:** SEP. Convênio Seade – Dieese.

A seguir, são apresentados os resultados da utilização destes procedimentos, através de informações relativas aos rendimentos reais médios, recebidos a cada ano, pelos principais segmentos de ocupados para o período 1985 a 1997, procurando analisar seu comportamento nos anos 90. São apresentados, ainda, os principais indicadores de apropriação da renda do trabalho, de modo a averiguar também em que medida as transformações recentes afetaram os diversos grupos de ocupados.

### Política econômica e mercado de trabalho nos anos 90

A política econômica implementada no início dos anos 90, combinando a ampliação do grau de exposição da economia brasileira à concorrência internacional com as duras e heterodoxas medidas de suspensão da liquidez dos depósitos bancários e ativos financeiros, promoveu rápida alteração no modo de funcionamento da economia, conduzindo-a a uma recessão aguda. Ao fracasso dessas medidas no combate à inflação, sucedeu uma grave crise política que culminou com a substituição do presidente da República e de seu ministério, em 1993. O novo governo manteve e aprofundou a política de abertura da economia nacional e iniciou a implementação de um novo plano de estabilização, que se consubstanciou no Plano Real, em julho de 1994.

Já em 1993, a economia iniciou sua recuperação, que se acentuou com a adoção daquele plano. Assistiu-se a um intenso aquecimento das atividades econômicas, bruscamente interrompido no início de 1995 com os problemas sofridos pela economia mexicana, em dezembro de 1994, cujos reflexos atingiram o Brasil e levaram as autoridades econômicas a adotarem medidas restritivas ao crédito e ao crescimento da demanda interna. Os efeitos dessas medidas se fizeram sentir no final do primeiro semestre de 1995 e, a partir de então, buscou-se afrouxar gradativamente aquelas restrições, ainda que seus efeitos sobre a atividade econômica e, especialmente, sobre o mercado de trabalho não tenham sido notáveis.

Uma nova série de medidas restritivas foi adotada no final de 1997, desta feita como reflexo das dificuldades experimentadas por um conjunto de países do sudeste asiático, que puseram em dúvida a capacidade do Brasil em sustentar sua taxa cambial. A rápida ação das autoridades econômicas foi capaz de demonstrar a sustentabilidade da moeda nacional, mas à custa de uma profunda retração da atividade econômica do país.

Tendo em vista esta sumária recuperação dos principais movimentos da economia brasileira verificados nesta década, os anos 90 podem ser analisados considerando três subperíodos:

o triênio 1990-92, marcado pela recessão do nível de atividade, que atingiu de forma particularmente intensa a Região Metropolitana de São Paulo e elevou substancialmente o patamar de desemprego. Nesta região, em 1989, a taxa média anual de desemprego era de 8,7% da PEA, tendo passado para 15,2% em 1992, o que correspondeu ao crescimento do contingente de desempregados de 614.000 para 1.175.000 pessoas; o triênio 1993-95, ao contrário, pode ser caracterizado pelo desempenho positivo dos indicadores econômicos. A retomada do crescimento do nível de atividade, já em 1993, potencializada pelas medidas de estabilização da moeda

concretizadas no Plano Real, garantiu três anos de crescimento do Produto Nacional a taxas superiores a 4% ao ano. Ainda que a RMSP tenha mostrado forte dinamismo, o que possibilitou a geração de 577.000 novas ocupações no período, deve-se notar que a redução da taxa de desemprego foi pouco expressiva, pois seu patamar manteve-se nos 13,2% da PEA (1.085.000 pessoas), no final do período; o biênio 1996-97, por outro lado, foi caracterizado por um menor crescimento do Produto (cerca de 3% ao ano) como decorrência das medidas de controle dos agregados macroeconômicos, que buscavam evitar o desequilíbrio das contas externas e a manutenção da estabilidade da moeda. Na RMSP, este novo ajuste implicou considerável redução das novas oportunidades de ocupação, tendo sido incorporadas ao contingente de ocupados apenas 82.000 pessoas no período, enquanto o desemprego retomava sua trajetória de crescimento, agregando mais 290.000 pessoas ao contingente de desempregados (2).

### **Em 1997, o rendimento médio dos ocupados era 11,4% menor que o de 1989**

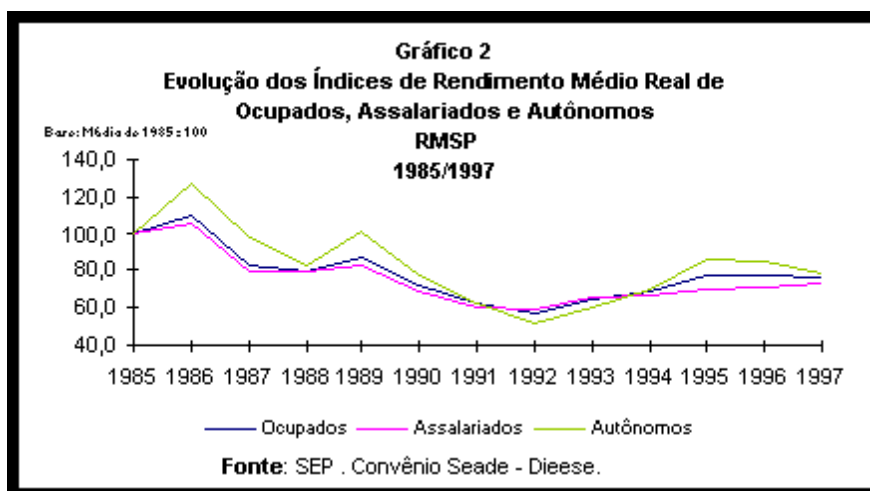
O comportamento dos rendimentos do trabalho, ao longo do período 1989-97 reproduz o desempenho dos demais indicadores econômicos. Entre 1989 e 1992, o rendimento médio dos ocupados apresentou notável declínio, passando a equivaler, nesse último ano, a 66,1% do seu valor real registrado em 1989. Tal movimento decorreu, por um lado, da incapacidade de as políticas salariais preservarem o poder de compra dos rendimentos do trabalho frente à descontrolada expansão dos preços e, por outro, da redução do nível de atividade e da massa de rendimentos disponível para consumo, o que afetou intensamente o rendimento médio dos autônomos e as retiradas dos pequenos negócios.

Já no triênio 1993-95, verificou-se movimento diverso, de modo que grande parte da queda registrada no período anterior foi recuperada. Neste triênio, observou-se elevação de 34,7% nos rendimentos médios reais dos ocupados. Em valores monetários, (3) esta variação correspondeu à elevação de R\$ 649, em 1992, para R\$ 874, em 1995. Este desempenho foi possível devido à estabilização da moeda e à retomada do crescimento das atividades econômicas. A estabilidade de preços, combinada com a ampliação do nível de ocupação, não só interrompeu a queda real de salários, como também aumentou a massa de rendimentos disponível para o consumo e permitiu que segmentos dos ocupados menos favorecidos durante o período de aceleração da inflação (1992-1993) recompusessem seus rendimentos médios.

No biênio 1996-97, com a diminuição do ritmo de crescimento da economia, verificou-se relativa estabilidade dos rendimentos médios (-0,5%), em relação a 1995. Comparado aos valores médios registrados em 1989 (R\$ 981), no entanto, o rendimento médio dos ocupados em 1997 (R\$ 869) representava 88,6% daquela média, indicando ter havido recomposição parcial dos valores médios obtidos no final dos anos 80 pelo conjunto dos ocupados. Note-se, porém, que o comportamento dos indicadores de rendimentos foram muito distintos segundo os vários segmentos dos ocupados, de modo que o simples acompanhamento de seu valor médio é insuficiente para a correta compreensão do que ocorreu com esta variável.

### **A variação no nível de atividade afetou mais intensamente o rendimento dos autônomos do que o dos assalariados**

O comportamento dos rendimentos dos assalariados e dos trabalhadores autônomos – os dois segmentos mais importantes do mercado de trabalho – mostrou-se diverso ao longo dos anos 90. Entre os primeiros, mesmo tendo se verificado trajetória semelhante à descrita para o conjunto de ocupados, nota-se que, devido à sua capacidade de negociação e à legislação salarial então vigente, foi possível atenuar, ainda que parcialmente, a queda dos rendimentos no período de aceleração inflacionária, notadamente quando comparados com o desempenho dos autônomos.



O rendimento médio dos assalariados equivalia, em 1992, a 70,7% da média registrada em 1989, enquanto entre os autônomos este correspondia a 51,1% do valor correspondente. Com a retomada do crescimento econômico, alteraram-se os comportamentos dos rendimentos para esses dois segmentos de ocupados, favorecendo, desta feita, os trabalhadores autônomos, ao contrário do ocorrido no período anterior. Entre 1992 e 1995, o salário médio real cresceu 19,7%, enquanto o rendimento do trabalho dos autônomos aumentou 67,5%. Entre os primeiros, a reorganização produtiva implementada pelas empresas e as determinações da política econômica limitaram a recomposição das perdas salariais. Já para os autônomos, devido à inexistência de tais condicionantes e ao fato de, em sua maioria, seus serviços não sofrerem concorrência de fornecedores externos, o aumento da massa de rendimentos na Região implicou a ampliação da demanda e provocou fortes impactos positivos sobre seus níveis de rendimento.

No biênio 1996-97, devido à menor intensidade de crescimento do produto e à crescente dificuldade de estes trabalhadores sustentarem o nível de preços de seus serviços, o rendimento médio dos autônomos apresentou decréscimo de 8,6% em relação a 1995, chegando, em 1997, ao valor de R\$ 707, equivalente a 78,1% da média registrada em 1989.

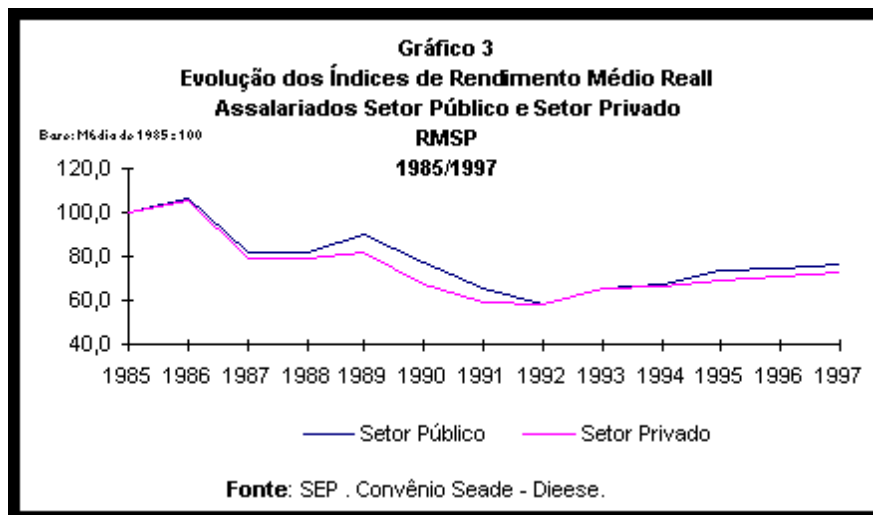
Já entre os assalariados registrou-se, entre 1995 e 1997, crescimento de 3,7% na média de seus rendimentos. Em 1997, o valor do rendimento real médio do conjunto dos assalariados atingiu R\$ 866, o que corresponde a 87,8% da média de rendimentos recebida em 1989, indicando que, ao final do período em análise, a recomposição das médias entre os assalariados foi maior que a observada entre os autônomos.

### **Os diferenciais de rendimento e suas variações entre os assalariados**

Os rendimentos médios dos assalariados do setor público da Região Metropolitana de São Paulo apresentaram decréscimo de 35,7%, entre 1989 e 1992, devido à expressiva redução das receitas do setor durante o período recessivo. Este declínio foi mais acentuado que o observado entre os assalariados do setor privado, que, no mesmo período, tiveram seus rendimentos médios reais reduzidos em 28,5%.

O período 1993-95 foi marcado pela recuperação das receitas do setor público e pela adoção de medidas que visavam adequar, ainda que parcialmente, o emprego nas atividades públicas às novas necessidades da população. Com isso o rendimento médio dos assalariados desse setor aumentou 26,9%, recuperando parte do decréscimo que

experimentara no triênio anterior. Do mesmo modo, no período 1996-97, verificou-se manutenção desta trajetória, embora com um ritmo muito menor (4,3%) e concentrada em 1997.

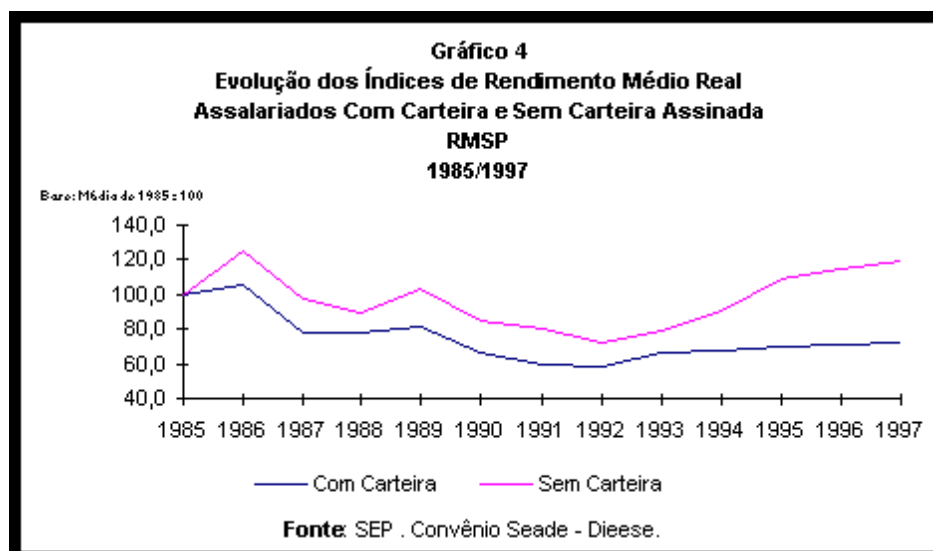


De modo geral, o comportamento dos salários médios reais no setor privado assemelhou-se ao verificado no setor público. No período 1993-95, o rendimento médio entre os assalariados do setor privado aumentou 18,5% e o do setor público cresceu 26,9%. No biênio 1996-97, este último segmento continuava a apresentar aumentos médios maiores que os primeiros (4,3% e 3,7%, respectivamente).

Em 1997, os rendimentos médios obtidos pelos assalariados no setor privado equivaliam a R\$ 820. Vale lembrar que o rendimento médio dos assalariados do setor público, em 1997, correspondia a 85,2% da média captada em 1989, situação bastante semelhante à verificada entre os assalariados do setor privado (88,1%). Entretanto, para estes últimos, é importante destacar dois aspectos de sua recomposição: o comportamento diferenciado segundo a posse ou não de carteira de trabalho assinada; e a evolução setorial diferenciada ao longo do período em análise.

Considerada a posse de carteira de trabalho assinada, observa-se que, no período 1989-92, a redução do salário médio dos que a possuíam foi semelhante à dos que não a possuíam. Enquanto o rendimento médio dos primeiros correspondia, em 1992, a 72,6% do auferido em 1989, o dos segundos equivalia a 70,4%. Possivelmente associada à busca de redução dos custos do trabalho, observou-se a contínua diminuição do número de assalariados com carteira assinada, em muitos casos substituídos por empregados sem registro, contratados para atender apenas os momentos de aumento pontual da demanda. Nos períodos subseqüentes, quando esta situação tende a se reproduzir com maior intensidade, verificou-se que os assalariados que não possuíam carteira assinada apresentaram recomposição mais intensa de seus rendimentos reais (64,7%) do que os que a possuíam (23,6%), entre 1992 e 1997.

Com este desempenho distinto dos salários segundo a posse de carteira de trabalho assinada, diminuiu a diferença entre os valores recebidos pelos que possuem carteira assinada e pelos que não a possuem. Em 1989, os primeiros recebiam, em média, 2,2 vezes o valor médio captado entre os segundos, ou seja, enquanto os que possuíam carteira assinada recebiam R\$ 1.005 os que não a possuíam recebiam R\$ 451. Em 1997, esta diferença diminuiu para 1,8 vez, correspondendo os salários médios de ambos os segmentos a R\$ 902 e R\$ 522, respectivamente.



Vale notar que apenas os assalariados sem carteira assinada estão mantendo o patamar de seus rendimentos médios acima do recebido em 1989 (15,8%), fato que não se observa para os demais segmentos analisados. Comparado aos resultados encontrados em 1985, ano inicial desta pesquisa, verifica-se situação semelhante: entre os assalariados do setor público, o rendimento médio em 1997 equivalia a 76,2% do percebido naquele ano; entre os autônomos, a 78,7%; e entre os assalariados com carteira assinada a 72,7%. Apenas entre os assalariados sem carteira assinada observou-se crescimento do rendimento real médio (18,9%), neste período.

## Tabela 1

### Rendimento Real Médio dos Ocupados, por Posição na Ocupação

#### Região Metropolitana de São Paulo

1985-97

Em reais de dezembro de 1997

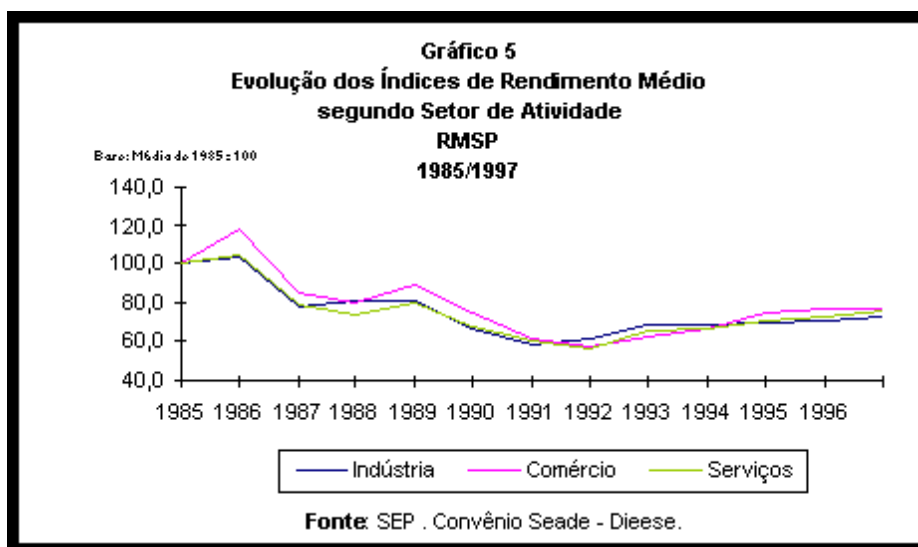
Anos	Ocupados	Assalariados					Autônomos
		Total	Setor Público	Setor Privado			
				Total	Com carteira	Sem Carteira	
1985	1.137	1.189	1.497	1.140	1.241	439	898
1986	1.258	1.263	1.601	1.209	1.304	549	1.141
1987	941	943	1.218	900	966	428	873
1988	900	938	1.222	892	966	392	737
1989	981	986	1.339	931	1.005	451	905
1990	815	823	1.157	766	819	373	695
1991	707	720	979	673	732	354	563
1992	649	698	862	665	730	317	462
1993	737	785	973	746	826	345	538
1994	778	797	1.001	759	838	396	627
1995	874	835	1.093	789	862	477	774
1996	873	846	1.104	801	878	505	763
1997	869	866	1.141	820	902	522	707

**Fonte:** SEP . Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

### Rendimento médio do Comércio apresentou a menor capacidade de recomposição no período 1989/97

A comparação dos índices dos rendimentos médios dos assalariados do setor privado, segundo setor de atividade, revela outros aspectos da evolução recente desta variável.

No triênio 1990-92, houve redução dos rendimentos médios entre os assalariados da Indústria, do Comércio e dos Serviços, ainda que com intensidades diversas. Como esperado, a maior redução foi observada no Comércio (35,6%), seguido dos Serviços (29,2%) e da Indústria (23,6%). Ao contrário, no triênio 1993-95, verificou-se maior recuperação dos salários entre os empregados do Comércio (29,6%) do que entre os dos Serviços (23,9%) e da Indústria (13,0%).

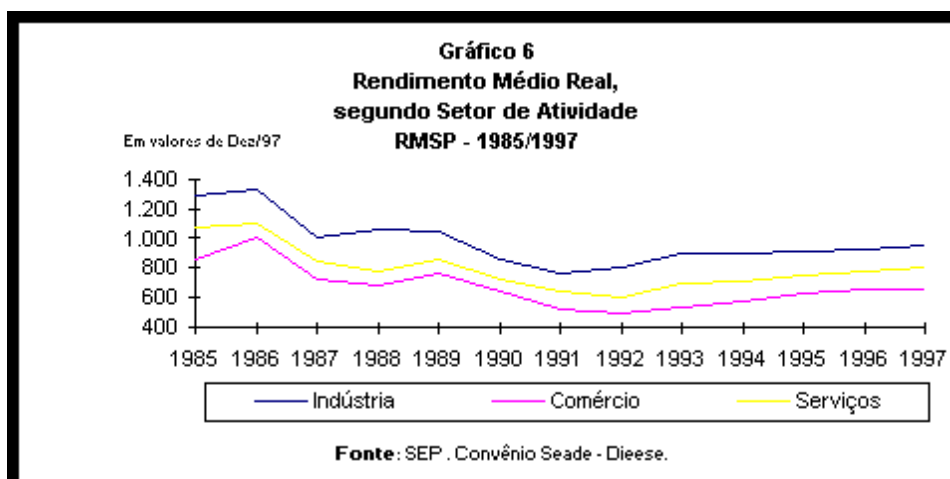


Já entre 1995-97, registou-se evolução diferenciada não apenas no que diz respeito à magnitude das variações, mas também aos fatores determinantes destes resultados. A maior expansão ocorreu para os rendimentos médios dos empregados dos Serviços (7,3%), setor responsável pela maior parte dos postos de trabalho gerados na Região.

Na Indústria, ainda que tenha sido constatado aumento de 4,7%, este possivelmente está associado muito mais à eliminação de ocupações que envolvem menor qualificação do que a efetivos ganhos salariais para os indivíduos que mantiveram-se empregados. Por seu turno, a relativa estabilidade do nível de atividade, no período, parece ter sido determinante para a menor expansão constatada entre os empregados do Comércio (3,9%, entre 1995 e 1997).

Devido a esta evolução diferenciada, ao serem comparados os resultados encontrados em 1997 e em 1989, verifica-se que o rendimento médio dos empregados do Comércio foi o que apresentou comportamento mais adverso, pois passou de R\$ 758, em 1989, para R\$ 657, em 1997 – uma redução real de 13,3%. Na Indústria, os salários médios passaram de R\$ 1.043 para R\$ 944, no período, e nos Serviços, de R\$ 851 para R\$ 804. Em termos relativos, os rendimentos reais dos empregados nesses dois últimos setores diminuiram, respectivamente, 9,6% e 5,9%.

Vale notar que permanece praticamente inalterada a diferença dos rendimentos médios entre os empregados dos diversos setores de atividade. Em média, os empregados dos Serviços recebiam 15% a menos do que os da Indústria e os do Comércio, 30%, em 1997.



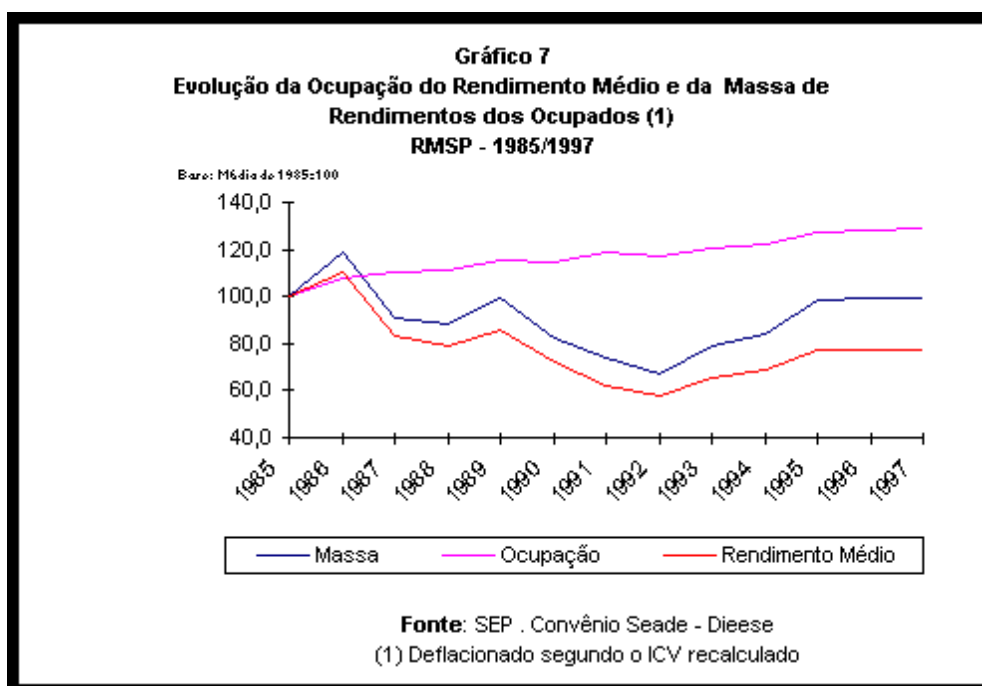
Destaca-se, ainda, que comparados aos resultados captados em 1985, ano inicial da pesquisa, os

atuais rendimentos médios reais dos assalariados dos principais setores de atividade equivaliam a 72,9% na Indústria, 75,4% nos Serviços e 77,2% no Comércio.

### A massa de rendimentos recuperou os níveis observados em 1989

O comportamento da massa de rendimentos (4) na RMSP pode ser associado, em cada subperíodo dos anos 90, a um fator determinante diferenciado. No triênio 1990-92, verificou-se decréscimo de 32,0% do índice da massa de rendimentos dos ocupados, decorrente da redução do rendimento médio, uma vez que o contingente de ocupados elevou-se em 1,9%.

No triênio 1993-95, devido ao crescimento da atividade econômica propiciado pela estabilização da moeda, houve ampliação expressiva da massa de rendimentos (46,2%), praticamente recompondo os volumes registrados em 1989 (99,4%). Este comportamento foi determinado pela combinação do aumento dos rendimentos médios e da ocupação (577.000 novas ocupações).



Já no biênio 1996-97, observou-se desaceleração do aumento da massa de rendimentos como decorrência da expansão menos acentuada das atividades produtivas neste período. A massa de rendimentos aumentou 1,1%, no biênio em análise, tendo como fator determinante o aumento da ocupação (82.000 novas ocupações).

A massa de rendimentos do trabalho da RMSP em 1997 recompôs os volumes registrados em 1989, tendo sido verificada variação positiva de 0,5%. Dado que os rendimentos médios ainda se encontravam abaixo dos verificados em 1989, o aumento do número de ocupados da Região (779.000 pessoas) compensou o decréscimo dos rendimentos.

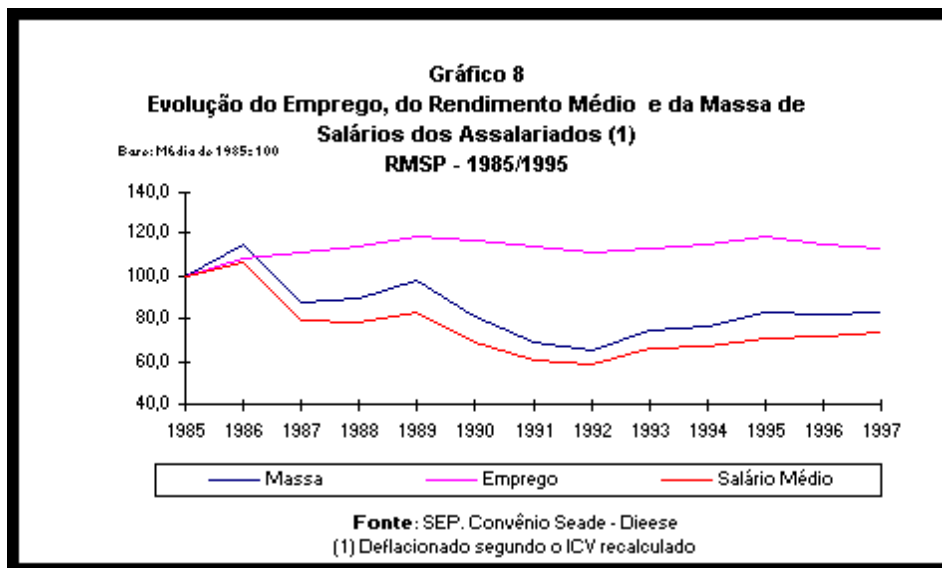
### Diminuiu a participação da massa de rendimentos dos assalariados

Ao longo dos anos 90, verificou-se expressiva mudança na composição da massa dos rendimentos do trabalho, pois houve importante redução da participação dos assalariados no conjunto dos ocupados. Em 1989, os empregados representavam 72,1% dos ocupados, tendo declinado sua participação para 61,6% em 1997, o que correspondeu à diminuição de 196.000 postos de trabalho com esta característica.

O decréscimo do contingente, combinado com a mudança na estrutura ocupacional, em que se destaca o efeito da redução de postos de trabalho de baixa qualificação na Indústria, acarretou um comportamento da massa de rendimentos dos assalariados diverso do observado para o conjunto



dos ocupados nos anos 90. Entre 1989 e 1997, a massa de rendimentos dos salários decresceu 15,0%, movimento determinado principalmente pela retração (11,2%) dos rendimentos médios, ainda que também tenha ocorrido a eliminação de postos de trabalho (4,2%).



No triênio 1990-92, a diminuição da massa salarial (32,7%) foi explicada principalmente pela redução do rendimento médio, sendo que a recuperação (26,8%) verificada no triênio seguinte (1993-95) foi menos intensa que a observada para o conjunto dos ocupados, ainda que refletisse desempenho favorável dos salários (19,3%) e do nível de emprego, que retomou o patamar atingido em 1989.

Já no biênio 1996-97, registrou-se comportamento diverso do verificado para o conjunto dos ocupados uma vez que a massa salarial manteve-se praticamente estável (-0,3%) em consequência do declínio do número de empregados ter sido praticamente contrabalançado pelo aumento do salário médio.

#### **Em 1997, 10% dos ocupados apropriavam-se de 43% da massa de rendimentos do trabalho**

A despeito das grandes alterações no mercado de trabalho, no período em análise, não houve redução expressiva na desigualdade da distribuição das rendas do trabalho que caracteriza a Região.

Do total da massa de rendimentos do trabalho gerada em 1997, os 10% mais pobres dentre os ocupados se apropriaram de apenas 0,5%, enquanto para os 10% mais ricos a parcela correspondente foi de 43,0%. Neste mesmo ano, metade dos ocupados apropriaram-se de apenas 14,4% do total dos rendimentos do trabalho da Região Metropolitana de São Paulo. Em 1989, este quadro não era muito diferente: as proporções correspondentes aos 10% mais pobres e aos 50% mais pobres eram de 0,4% e 14,6%, respectivamente; no entanto a parcela apropriada pelos 10% mais ricos era de 41,4%, o que significa ter sido este o grupo que ampliou efetivamente sua participação no total de rendimentos do trabalho, entre 1989 e 1997.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito à distribuição dos rendimentos do trabalho (5) entre os integrantes da PEA. Como efeito do aumento do patamar do desemprego, a distribuição dos rendimentos do trabalho aumentou ainda mais sua concentração. A parcela apropriada pelo Grupo 10, que corresponde aos 10% mais ricos, aumentou de 43,8%, em 1989, para 47,2%, em 1997, tendo-se observado decréscimo em todos os demais grupos, exceto para no Grupo 9, que permaneceu estável para o mesmo período.

Vale notar o movimento de aumento na parcela apropriada entre os integrantes da PEA que

compunham os Grupos 2, 3 e 4, no período 1992-95, aparentemente em detrimento dos que se encontravam nos grupos intermediários (Grupos de 5 a 9). Mesmo neste período, os 10% com maiores rendimentos experimentaram aumento na parcela apropriada da massa.

## Tabela 2

**Distribuição da Massa de Rendimentos do Trabalho, por Grupos de Nível de Rendimento,**

**segundo Situação Ocupacional**

**Região Metropolitana de São Paulo**

**1989-1997**

Em porcentagem

Situação Ocupacional	Distribuição da Massa de Rendimentos (1)										
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10
PEA											
1989	100,0	0,0	0,7	2,5	3,6	4,9	6,5	8,6	11,7	17,7	43,8
1992	100,0	0,0	0,1	1,6	3,2	4,7	6,3	8,6	11,9	18,1	45,5
1995	100,0	0,0	0,3	2,0	3,4	4,5	5,9	8,0	11,3	17,7	46,9
1996	100,0	0,0	0,1	2,0	3,5	4,6	6,0	8,0	11,2	17,7	47,0
1997	100,0	0,0	0,1	1,8	3,5	4,6	6,0	7,9	11,3	17,7	47,2
Ocupados											
1989	100,0	0,4	2,0	3,0	4,0	5,2	6,6	8,6	11,5	17,3	41,4
1992	100,0	0,4	1,9	3,0	4,0	5,2	6,6	8,6	11,6	17,3	41,4
1995	100,0	0,4	1,9	2,9	3,8	4,8	6,2	8,1	11,2	17,2	43,5
1996	100,0	0,5	2,1	3,1	3,9	4,9	6,2	8,1	11,1	17,1	43,2
1997	100,0	0,5	2,1	3,2	3,9	4,9	6,2	8,1	11,0	17,3	43,0

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) Inflator utilizado: ICV do DIEESE.

Nota: Grupo 1 corresponde aos 10% das pessoas com menores rendimentos do trabalho. Grupo 2 corresponde aos 10% das pessoas com rendimentos do trabalho imediatamente superiores aos do Grupo 1 e assim por diante, até o Grupo 10, que corresponde aos 10% das pessoas com maiores rendimentos do trabalho.

**Em 1997, a diferença de rendimentos mínimo e máximo dos ocupados mais ricos e mais pobres era de 12,6 vezes**

Como decorrência da menor capacidade de proteger o valor de compra de seus rendimentos nos momentos de aceleração inflacionária que antecederam a implementação do Plano Real, verificou-se que os segmentos mais pobres dos ocupados foram os que apresentaram maiores

perdas em seus rendimentos. Basta observar que o valor máximo recebido pelos 10% mais pobres da população ocupada registrou redução de 16,3%, entre 1989 e 1997, variação muito mais elevada que a encontrada, por exemplo, para os 10% mais ricos, que foi de apenas 5,2%, no mesmo período.

A redução de 41,6% do valor máximo recebido pelos 10% mais pobres (1º decil), entre 1989 e 1992, foi mais intensa que a observada para os demais quartis. Esse valor apresentou recomposição de 32,4%, no triênio 1993/95; e de 8,2% no biênio 1996/97. Vale ressaltar, no entanto, que voltou a apresentar alguma redução em 1997, em relação ao ano anterior.

Já o valor mínimo recebido pelos 10% de ocupados mais ricos também mostrou forte redução (34,5%) no triênio inicial dos anos 90, mas a partir de 1993 manteve-se crescendo, com um aumento de 40,1%, entre 1992 e 1995, e de 3,3%, entre 1996 e 1997.

### Tabela 3

#### Rendimento Médio Real dos Ocupados, por Quartil

#### Região Metropolitana de São Paulo

1989-1997

Em reais de dezembro de 1997

Anos	10% Mais Pobres Ganham Até	25% Mais Pobres Ganham Até	50% Mais Pobres Ganham Até	25% Mais Ricos Ganham Acima de	10% Mais Ricos Ganham Acima de
1989	190	314	580	1.109	2.118
1992	111	207	388	745	1.387
1995	147	273	487	968	1.943
1996	164	284	481	933	1.929
1997	159	300	500	981	2.007

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese.

As mudanças ocorridas nas diversas faixas de rendimentos de ocupados não foram suficientes para reduzir de forma relevante as desigualdades existentes entre os valores extremos desta distribuição da renda do trabalho. Em 1997, o valor mínimo dos rendimentos dos 10% de ocupados mais ricos (R\$ 2.007) eram cerca de 12,6 vezes maior que o valor mínimo dos rendimentos máximos dos 10% mais pobres (R\$ 159). No final dos anos 80, esta diferença era ligeiramente inferior, equivalendo a 11,1 vezes.

Estes resultados indicam que, apesar de a interrupção da espiral inflacionária e a retomada da expansão do nível de atividade econômica terem permitido uma recomposição do poder de compra dos rendimentos do trabalho, não se verificou ruptura efetiva do processo de concentração de rendas, ainda marcante na Região.

(1) DIEESE. Cálculo Retroativo do ICV-Dieese: encadeamento da nova e antiga série. In: **Boletim Dieese**. São Paulo, n. 199, outubro de 1997 (separata). Disponível também na página do Dieese na Internet: <http://www.dieese.org.br>.

(2) Em 1997, o contingente de desempregados na RMSP foi estimado em 1.375.000 pessoas, o que equivale a 16% da PEA.

(3) Valores reais, a preços de dezembro de 1997.

(4) Refere-se apenas ao rendimento do trabalho principal.

(5) Para o cálculo da massa de rendimento dos ocupados, são considerados todos os indivíduos que estavam inseridos no mercado de trabalho, levando em conta os trabalhos principal, adicional e aqueles exercidos sem regularidade ou perspectiva de continuidade ("bicos"). Vale lembrar que também são incluídos aqueles indivíduos que não apresentam remuneração.